JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação das atividades do Senado Federal — Ano III – Nº 498 – Brasília, segunda-feira, 7 de julho de 1997

O plenário do Senado vai apreciar amanhã o Fundo de Aposentadoria Programada Individual e o Plano de Incentivo à Aposentadoria Individual

Congresso analisa amanhã 48 MPs. Senado vota o Fapi

Comissões terão reunião conjunta para apreciar projeto de Lei Geral das Telecomunicações, ao passo que a CPI do Trabalho Infantil vai analisar o relatório das diligências que membros da comissão realizaram no Rio Grande do Sul

O Congresso Nacional se reúne amanhã para analisar 48 medidas provisórias, enquanto o plenário do Senado deverá votar o projeto que institui o Fundo de Aposentadoria Programada Individual (Fapi) e o Plano de Incentivo à Aposentadoria Individual. Os três pareceres favoráveis ao projeto de Lei Geral de Telecomunicações (LGT) devem ser votados também amanhã em reunião conjunta de três comissões do Senado. Já a CPI do Trabalho Infantil aprecia relatório de diligências. **Páginas 2 e 3**

Cabral: denúncia

Nabor: mudanças

Ecologia é tema de Cabral e Nabor

Bernardo Cabral alerta que o Brasil continua submetido à caça e pesca predatórias e ao tráfico de animais silvestres. Nabor Júnior celebra mudanças na medida provisória que trata do corte raso na Amazônia. **Página 6**

Arruda apóia mudanças no 2° grau

José Roberto Arruda elogia as propostas do MEC para mudar o currículo de segundo grau. **Página 7**

Valmir contra abuso de cartões

Valmir Campelo pede ação contra "abusos" de administradoras de cartões de crédito. **Página 4**

Ronaldo dá prioridade à integração do Legislativo

O primeiro-secretário do Senado, Ronaldo Cunha Lima, reuniu todos os diretores da Casa para determinar prioridade máxima ao Interlegis. O programa, que será criado no dia 17 pelo presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, cria uma rede de computadores para interligar o Congresso, assembléias estaduais e câmaras municipais. **Página 5**

Pareceres de Fernando Bezerra, José Ignácio e Hugo Napoleão, favoráveis à LGT na versão aprovada pela Câmara, entram na pauta de votações

Comissões votarão amanhã Lei das Teles

Os três pareceres favoráveis ao projeto de Lei Geral de Telecomunicações deverão ser votados amanhã em reunião conjunta das comissões de Assuntos Econômicos (CAE), de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), e de Serviços de Infra-Estrutura (CI) do Senado. Os relatores são, respectivamente, os senadores Fernando Bezerra (PMDB-RN), José Ignácio Ferreira (PSDB-ES) e Hugo Napoleão (PFL-PI).

Fernando Bezerra

José Ignácio Ferreira

Os pareceres mantêm o texto aprovado na Câmara dos Deputados. Nele está prevista a criação da Agência Nacional de Telecomunicações (ANT), órgão que deverá autorizar o Poder Executivo a promover a desestatização do sistema Telebrás e a fazer a abertura do setor à concessão e autorização do funcionamento de qualquer entidade que deseje operar as modalidades do sistema.

Pelo projeto, a ANT terá autonomia administrativa para constituir seu quadro de pessoal, mas caberá ao Senado aprovar seus diretores, que serão indicados pelo presidente da República. A agência terá a função de estabelecer a separação entre o papel do poder público como regulador, estimulador, promotor e fiscalizador do sistema de telecomunicações, e o papel do setor privado como operador deste sistema.

Hugo Napoleão

O projeto também atribui competência ao Poder Executivo para definir a participação do capital estrangeiro no plano geral de outorgas, e cria o Fundo de Desenvolvimento das Telecomunicações para o incentivo à pesquisa e ao avanço tecnológico do setor.

CPI analisa situação do trabalho infantil no Rio Grande do Sul

A CPI Mista do Trabalho Infantil, presidida pela senadora Marluce Pinto (PMDB-RR), deverá se reunir a partir das 18h de amanhã para apreciar o relatório das digilências que os membros da comissão realizaram no Rio Grande do Sul.

Durante a audiência pública, em Porto Alegre, a CPI tomou o depoimento de 19 pessoas. Os parlamentares visitaram fábricas de calçados e plantações de fumo e puderam constatar as condições de insalubridade a que as crianças são submetidas.

- Na exploração de pedras preciosas, meninas e meninos são obrigados a se utilizarem de ferramentas pesadas e perigosas - disse Marluce Pinto.

Marluce Pinto preside reunião da CPI amanhã

Agenda do Dia

PRESIDENTE

Senador Antonio Carlos Magalhães

15h30 - Preside sessão não deliberativa do Senado Federal

17h - Recebe o presidente da Magnesita S.A., Hélio Pentagna Guimarães

PLENÁRIO

14h30 - Sessão Não Deliberativa do Senado

PREVISÃO DE TRABALHOS

PLENÁRIO

Terça-feira (08.07.97)

15h - Sessão do Congresso Nacional

Pauta: Apreciação de medidas provisórias. *Plenário da Câmara dos Deputados*

18h30 - Sessão Deliberativa Extraordinária do Senado

Pauta: ***PLC nº 71/96**, que institui o Fundo de Aposentadoria Programada Individual - Fapi e o Plano de Incentivo à Aposentadoria Individual.

COMISSÕES

Terça-feira (08.07.97)

10h - Reunião conjunta das comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, de Assuntos Econômicos e de Serviços de Infra-Estrutura

Pauta: Apreciação do ***PLC nº 24/97 (não terminativo)**, que dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8/95. *Sala 03 - Ala Senador Alexandre Costa*

10h - Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: Apreciação do ***PLC nº 71/96 (não terminativo)**, que institui o Fundo de Aposentadoria Programada Individual - Fapi e o Plano de Incentivo à Aposentadoria Individual. *Sala 09 - Ala Senador Alexandre Costa*

17h - Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: Apreciação do ***PLC nº 6/97 (não terminativo)**, que dispõe sobre a política energética nacional, as atividades relativas ao monopólio do petróleo, institui o Conselho Nacional de Política Energética e a Agência Nacional do Petróleo; ***Ofício "S" nº 33/97 (não terminativo)**, que encaminha solicitação do governo do estado de Minas Gerais, para que possa contratar operação de crédito junto à Caixa Econômica Federal, no valor de R$ 1 milhão, 795 mil, cujos recursos serão destinados a financiar a execução do Programa Pró-Saneamento - Drenagem Urbana e Esgoto Sanitário, nos municípios de Campo Belo e Andradas; ***Ofício "S" nº 34/97 (não terminativo)**, que encaminha solicitação do governo do estado de Minas Gerais, para que possa contratar operação de crédito no valor de R$ 23 milhões, 891 mil, cujos recursos serão destinados à assunção de débitos de natureza previdenciária de responsabilidade da empresa Minas Gerais Administração e Serviços - MGS; e ***Ofício "S" nº 53/97 (não terminativo)**, que encaminha ao Senado Federal solicitação do governo do estado do Rio Grande do Sul, para emissão de Letras Financeiras do Tesouro do Estado do Rio Grande do Sul - LFTRS, cujos recursos serão destinados ao pagamento da 8ª parcela e correção monetária da 6ª e 7ª parcelas de precatórios judiciais. *Sala 19 - Ala Senador Alexandre Costa*

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Júnia Marise
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio
3º Secretário: Flaviano Melo
4º Secretário: Lucídio Portella
Suplentes de Secretário: Emília Fernandes - Lúdio Coelho
Joel de Hollanda - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social – Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Divulgação e Integração – Helival Rios
Diretor do Jornal do Senado – Flávio de Mattos
Diretor da Agência Senado – José do Carmo Andrade
Editores – Djalba Lima, Edson de Almeida e José Humberto Mancuso
Diagramação – Sergio Luiz, Wesley Carvalho e Osmar Miranda
Fotos – Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Jane Araújo e Júlio Essucy
Revisão – Lindolfo Amaral, Fernando Varela e João Ribeiro
Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 15º e 16º andares, CEP 70165-920 - Telefone: 0800-612211 Fax: (061) 311-3137 - Brasília - DF

Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

www.senado.gov.br

Medidas complementares ao Plano Real, transformação do Cade em autarquia, mensalidades escolares e seguridade social do servidor público - estes são alguns dos assuntos de medidas provisórias em pauta

Congresso apreciará amanhã 48 MPs

O Congresso Nacional reúne-se amanhã, às 15h, para apreciar 48 medidas provisórias (MPs). A sessão deliberativa do Senado no mesmo dia será a partir das 18h30.

Entre as MPs incluídas na pauta dessa sessão do Congresso estão as de nº 1.540-25, que dispõe sobre medidas complementares ao Plano Real; nº 1.553-16, que trata da emissão de Notas do Tesouro Nacional (NTN) destinadas a aumento de capital do Banco do Brasil; e nº 1.465-16, que transforma o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) em autarquia.

Deverão ser apreciadas ainda as seguintes medidas provisórias: nº 1.477-37, que dispõe sobre o valor total anual das mensalidades escolares; nº 1.482-37, que define alíquotas de contribuição para o Plano de Seguridade Social do servidor público civil ativo e inativo dos Poderes da União, das autarquias e das fundações públicas; e nº 1.546-20, que trata sobre as contribuições para os Programas de Integração Social (PIS) e Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep).

Amorim lamenta prejuízos

Beron exige uma solução, diz Amorim

O senador Ernandes Amorim (PPB-RO) pediu ao governo federal que encontre uma solução para a possível liquidação do Banco Estadual de Rondônia (Beron), a exemplo do que ocorreu com o Banespa e o Banerj. Ele entende que essas instituições tiveram tratamento privilegiado, recebendo empréstimos para evitar que falissem.

- Enquanto este tratamento privilegiado ocorreu, sem que sequer se tenha tido a preocupação de examinar as razões que levaram esses bancos à insolvência, outros bancos estaduais de estados pequenos como Rondônia estão sendo levados à liquidação pela atuação do próprio Banco Central, com a conivência criminosa do governador do estado - afirmou.

Amorim condenou a gestão do Beron pelo Banco Central, que segundo ele pode ser responsabilizada por cerca de R$ 120 milhões do passivo a descoberto daquela instituição financeira estadual. No seu entender, desde que o governo de Rondônia, "de forma irresponsável", colocou os destinos do Beron nas mãos do Banco Central, a falta de credibilidade da instituição rondoniense provocou uma fuga sem precedentes de depositantes e poupadores.

- Com a implantação do Plano Real e a conseqüente perda dos ganhos inflacionários, o Beron perdeu, de julho a dezembro de 1994, o total de R$ 5 milhões do seu patrimônio líquido - disse.

Senado vai deliberar sobre o Fapi

O plenário do Senado deve votar na sessão deliberativa de amanhã, marcada para as 18h30, o projeto de lei do Executivo que institui o Fundo de Aposentadoria Programada Individual (Fapi) e o Plano de Incentivo à Aposentadoria Individual.

A proposição, que tramita em regime de urgência, ainda depende de parecer da Comissão de Assuntos Sociais, mas já obteve pareceres favoráveis das comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, e de Assuntos Econômicos.

Na reunião da CAE realizada no dia 24 de junho, a instituição do Fapi foi apontada pelo relator, senador José Serra (PSDB-SP), como um instrumento que permitirá ao mesmo tempo melhores condições aos aposentados e a criação de uma alternativa de poupança a longo prazo. O reflexo disso, segundo Serra, será a expansão da capacidade produtiva, sem pressões inflacionárias.

Serra defende melhores condições aos aposentados

Tuma defende nova lei de imprensa

Ao falar para os estagiários da Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra - Adesg no estado de São Paulo, sobre o tema "Os meios de comunicação -Influência na Moral da Família e no Aumento da Violência", o senador Romeu Tuma (PFL-SP) defendeu a aprovação da nova lei de imprensa que disciplina a responsabilidade dos meios de comunicação.

O senador fez uma análise da influência dos meios de comunicação e os efeitos que geram no comportamento humano, firmando posição de irrestrito apoio à liberdade de imprensa, à liberdade de informar e ser informado, à liberdade de manifestação do pensamento em todas as suas formas e desaprovando os excessos cometidos pelos jornalistas.

Romeu Tuma sustentou que a influência dos meios de comunicação, no campo criminal, acontece numa pista de mão dupla. Isto porque, comentou, mesmo sem praticar os delitos de incitação ao crime e de apologia do crime ou de seu autor, podem eles influir no aumento da violência. "Mas, também, no sentido inverso, podem colaborar com as autoridades no combate a esse e a outros tipos de delinqüência, especialmente os chamados crimes do colarinho-branco."

Segundo o senador, a lei de imprensa em vigor possui dispositivos que são repudiados pelos profissionais de imprensa. Entre tais dispositivos, disse, estão a censura prévia, apreensão de publicações, prisão de jornalistas e proteção de autoridades diante do trabalho investigativo da reportagem.

Assegurou que a classe de jornalistas esta convicta de que os "deveres dos meios de comunicação e os seus próprios deverão estar absolutamente assegurados na nova lei".

- Consideram fundamental, por exemplo, a garantia da pluralidade de versões, sobretudo em matéria controversa, para impedir a manipulação e a distorção da notícia. Além disso, mostram-se satisfeitos com a manutenção de alguns dispositivos fundamentais, como a obrigatoriedade de caracterizar a matéria paga; a proteção ao jornalista com referência a matéria de sua autoria no processo de edição; agilidade no direito de resposta para a rápida reparação da ofensa cometida através da imprensa - disse Romeu Tuma.

Romeu Tuma: pela liberdade de imprensa

Segundo o senador, administradoras cobram despesas não efetuadas pelos clientes e impõem-lhes aborrecimentos intermináveis. "Problema exige uma ação rápida dos órgãos de defesa do consumidor", alerta

Valmir denuncia abuso de cartões

O senador Valmir Campelo (PTB-DF) pediu, na sexta-feira, providências imediatas dos órgãos de defesa do consumidor contra os "abusos" praticados pelas administradoras de cartões de crédito do país. Ele disse que está se tornando comum a cobrança mensal de despesas não efetuadas pelos titulares de cartões de crédito ou por qualquer outra pessoa portadora de cartão adicional.

Valmir cobra providências

Valmir afirmou que "a irregularidade não pára por aí: acionadas via telefone pelos titulares de cartões prejudicados, as administradoras não procedem à retirada do débito lançado indevidamente, repetindo-o na fatura seguinte, inclusive acrescido de juros e outras taxas".

Conforme disse, ele próprio está sendo vítima dessa situação, recebendo cobranças por despesas "jamais efetuadas". Na sua opinião, a burocracia das administradoras de cartões de crédito impõe aos clientes prejudicados aborrecimentos intermináveis, perda de tempo e até o comprometimento do nome, perante estabelecimentos comerciais, o que a seu ver é inadmissível, pois "as taxas anuais de manutenção, os juros por eventuais atrasos e as obrigações impostas são elevadíssimos".

Gilvam cobra regras para o mercado de medicamentos

A necessidade de uma ação efetiva do Estado na formulação e implementação de leis e políticas reguladoras do mercado de medicamentos foi defendida pelo senador Gilvam Borges (PMDB-AP), que destacou a importância de um posicionamento do Congresso Nacional em relação ao assunto.

Para o senador, "a ocupação do mercado brasileiro de medicamentos pelas indústrias transnacionais é, mais uma vez, resultado da "tibieza" do poder público em adotar políticas específicas para o setor farmacêutico, ao mesmo tempo em que as políticas econômicas e os modelos de industrialização facilitaram a implantação de indústrias estrangeiras no país".

Gilvam Borges citou dados que mostram ser o Brasil o quarto maior consumidor de remédios do mundo, possuindo o dobro do número de farmácias que a Organização Mundial de Saúde considera necessário, "embora esteja em posição vergonhosa em relação aos indicadores de saúde". Além disso, cerca de 80 milhões de brasileiros são adeptos da automedicação, e dois em cada três remédios são vendidos sem receita.

Gilvam: sobra remédio e falta saúde

- No Brasil, vive-se o paradoxo da convivência da automedicação com os altos preços dos medicamentos, geralmente inacessíveis para grande parte da população. Para se ter uma idéia do descompasso entre a economia dita "estabilizada" e o preço dos remédios, considere-se que, de janeiro a maio, os remédios tiveram aumentos de até 45%, índice muito acima da inflação de 3,8% acumulada no período - disse ele.

Gilvam Borges afirmou que as indústrias farmacêuticas operam com "total desprezo às leis e às normas em vigência no país".

Pedida a transcrição de nota da Marinha nos Anais

O senador Valmir Campelo (PTB-DF) pediu sexta-feira a inclusão, nos Anais do Senado, de nota oficial da Marinha, publicada em jornais, que expressa o repúdio da instituição às acusações de contrabando que lhe foram dirigidas nos últimos dias.

Conforme o senador, a nota esclarece que a Receita Federal constatou que os navios denunciados não apresentavam evidência de contrabando. Além disso, afirma que as normas de conduta foram aplicadas com rigidez e compreensão dos comandantes. "Ao longo dos anos, alguns determinaram jogar ao mar o que era excesso, outros mandaram deixar no cais o que não tinha registro, outros ainda optaram por recolher e arrecadar à Fazenda nacional os bens não autorizados", ressalta a nota.

Em aparte, o senador Nabor Júnior (PMDB-AC) afirmou que a Marinha é uma das Armas mais sérias, competentes e profissionais do país.

Já o senador Bernardo Cabral (PFL-AM) questionou a quem interessa desmoralizar a Marinha, pois desta forma também está atingindo as Forças Armadas.

ACM RECEBE DIRIGENTES DO *JB* E DO BID

Nascimento Brito, do *Jornal do Brasil*, com o presidente do Senado

Edmundo Jarquin (D) tratou do financiamento do projeto de informática

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, recebeu na quinta-feira a visita do presidente do Conselho Editorial do *Jornal do Brasil*, Manoel Francisco do Nascimento Brito, que veio agradecer ao senador seu apoio às ações que o jornalista vem desenvolvendo à frente do Museu de Arte Moderna (MAM) do Rio de Janeiro, na condição de presidente do conselho da instituição.

Na foto publicada sexta-feira na primeira página, o *Jornal do Senado* identificou Nascimento Brito como sendo o diretor do BID, Edmundo Jarquin, que veio tratar do financiamento de um projeto de informática destinado a ligar municípios aos bancos de dados do Congresso. Nas duas fotos reproduzidas ao lado, a identificação correta dos visitantes.

O primeiro-secretário do Senado, Ronaldo Cunha Lima, anuncia o lançamento, no próximo dia 17, de uma rede de computadores que interligará o Congresso às assembléias e câmaras municipais

Interlegis integrará Poder Legislativo

O primeiro-secretário da Mesa do Senado Federal, senador Ronaldo Cunha Lima, reuniu sexta-feira todos os diretores da Casa para determinar prioridade máxima na preparação do lançamento do Interlegis, programa que cria uma rede de computadores para interligar o Congresso Nacional, as assembléias estaduais e as câmaras municipais, de modo a permitir uma troca de informações entre todo o Poder Legislativo do país.

A cerimônia de lançamento do programa, coordenado pelo Centro de Processamento de Dados do Senado Federal (Prodasen), está prevista para o próximo dia 17 às 11 horas da manhã, no plenário do Senado.

Além dos presidentes do Senado, da Câmara dos Deputados e do primeiro-secretário do Senado, estarão presentes à cerimônia presidentes de assembléias legislativas de diversos estados e de câmaras de vereadores de vários municípios.

Após a instalação do programa, haverá a realização de painéis com o objetivo de explicar o funcionamento do sistema. Esses painéis serão apresentados para profissionais especializados dos estados e municípios, ao longo de todo o dia 17 e também no dia 18 próximos, na sala da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado.

Também será exibido um vídeo sobre o Interlegis, com duração de três minutos e meio. O primeiro painel será apresentado pela diretora executiva do Prodasen, Regina Célia Péres Borges, e pelo consultor técnico Armando Roberto Cerchi Nascimento.

Ronaldo Cunha Lima busca maior eficiência nos trabalhos do Legislativo

Haverá ainda painéis sobre a estrutura tecnológica do Interlegis; oportunidades da comunicação social nessa rede; informações econômicas, sociais e orçamentárias; bases de dados jurídicas e oportunidades para as funções de treinamento; e modernização administrativa.

Na reunião de sexta-feira com os diretores do Senado, Ronaldo Cunha Lima chamou a atenção de todos para a importância da criação desse novo sistema, que vai contribuir para o fortalecimento do Legislativo e, conseqüentemente, da democracia, ressaltando o apoio conferido ao programa pelo presidente da Casa, Antonio Carlos Magalhães. A diretora executiva do Prodasen expôs, em seguida, a programação do evento para os próximos dias 17 e 18.

Já o diretor da Secretaria de Comunicação Social do Senado, Fernando César Mesquita, destacou a importância de se aproveitar esse encontro do Legislativo federal, estadual e municipal para uma consistente troca de idéias. Para ele, o Senado deve conduzir os painéis com a preocupação, principalmente, de ouvir as sugestões e as necessidades dos estados e municípios, de modo a evitar a instalação de um programa que acabe não despertando real interesse dos legislativos dos estados e municípios. Mesquita sugeriu ainda que o Interlegis se constitua num veículo importante para deputados estaduais e vereadores poderem acompanhar a execução orçamentária federal.

Antonio Carlos inaugura no dia 17 "comunidade virtual"

O Interlegis, que será criado pelo presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, no próximo dia 17, consiste em uma rede de comunicação e de informações envolvendo todas as esferas do Poder Legislativo (federal, estadual e municipal), utilizando a Internet como tecnologia de suporte. O programa será, segundo técnicos do Prodasen, "a estrutura para a primeira comunidade virtual do Poder Legislativo".

Antonio Carlos contribui para modernização do Legislativo

Entre os objetivos do programa destacam-se: prover recursos da Internet a todas as câmaras municipais do país, incluindo *home-pages* e um endereço eletrônico para cada parlamentar (senador, deputado e vereador); estimular a comunicação e a coleta de opiniões entre o Congresso Nacional e as outras esferas do Poder Legislativo através da rede; divulgar os trabalhos do Congresso Nacional e receber comentários da população utilizando o meio de baixo custo; e estimular a modernização das assembléias legislativas e câmaras municipais através da transferência de tecnologia legislativa e treinamento à distância.

SERVIÇOS

Entre os serviços que o Interlegis pode prover ao Legislativo destacam-se correio eletrônico, listas de discussão, teleconferência e mala direta eletrônica; distribuição geral ou seletiva de informações tais como discursos, projetos de lei ou outro documento; contato direto entre os senadores, deputados estaduais e federais e vereadores de todo o país; contato direto entre parlamentares e integrantes da população com acesso à Internet; coleta de informações e pesquisa de opinião através da rede; transferência de tecnologia e treinamento à distância em áreas de interesse do Poder Legislativo.

Otoniel lembra obra de Pedro Ludovico

O senador Otoniel Machado (PMDB-GO) pediu a transcrição nos Anais do Senado da crônica *O Batismo Cultural de Goiânia*, de autoria do jornalista José Mendonça Teles, na qual é reverenciada a sensibilidade do fundador da capital de Goiás, Pedro Ludovico, para as questões culturais.

Otoniel: legado cultural

O texto lembra que Pedro Ludovico promoveu, em 5 de julho de 1942, um dia inteiro de solenidades comemorativas à cultura, com a presença de cerca de oito mil pessoas, entre jovens, estudantes, autoridades dos meios científico, educacional e político vindos de todos os estados brasileiros. E cita que na inauguração do Cine-Teatro Goiânia a artista Eva Tudor encenou as peças *Colégio Interno* e *Deus lhe Pague*.

Teles destaca com saudosismo que naquele dia o Brasil passou a conhecer tudo o que a capital goiana, uma cidade inaugurada em 1933, podia oferecer em termos culturais. Dentro desse contexto, cita a Academia Goiana de Letras, o Lyceu, a criação da Orquestra Sinfônica de Goiás e a circulação da revista *Oeste*, "onde poetas, prosadores, jornalistas, cientistas sociais e uma nata de ilustres goianos mostravam a grandeza e o alcance das realizações da vida intelectual do nosso estado".

Para senador, é incompreensível que o Ibama fiscalize amadores, deixando pescadores profissionais e traficantes de animais silvestres continuar agindo "em plena luz do dia e sem sofrer qualquer espécie de repressão ou fiscalização"

Extinção da fauna preocupa Cabral

O senador Bernardo Cabral (PFL-AM) disse sexta-feira que o Brasil - dotado de uma fauna silvestre de valor incalculável - só conseguiu garantir a preservação das tartarugas, mas continua submetido à pesca e caça predatórias e ao tráfico nacional e internacional de animais silvestres. Para ele, o legado natural do país representa um patrimônio de valor incalculável, de extensão e diversidade até hoje desconhecidas, que exige o comprometimento das autoridades públicas pela sua preservação, particularmente as da Amazônia.

Em relação à pesca e à caça predatórias, o senador afirmou ser incompreensível que o Ibama exerça sua ação fiscalizadora sobre amadores, deixando pescadores profissionais e traficantes de animais silvestres continuar agindo "em plena luz do dia e sem sofrer qualquer espécie de repressão ou fiscalização".

Cabral: patrimônio natural ameaçado

Cabral citou artigo de Gilberto Fernandes, publicado na revista *Planeta Água*, em que o médico amazonense relata ter sido alvo da ação fiscalizadora do Ibama pela prática de pesca amadora, enquanto, na própria represa Balbina onde pescava, ocupantes de três acampamentos de pescadores profissionais agiam sem qualquer repressão.

Quanto à caça, o senador salientou que a venda de animais e aves silvestres é crime inafiançável, conforme a legislação ambiental, mas os mercados públicos da Amazônia demonstram, de novo, omissão do Ibama. "As justificativas do pequeno número de fiscais, da deficiente estrutura do Ibama, das vastas dimensões do país, todas caem por terra quando a caça é cinicamente exposta à vista de todos, inclusive às câmaras de televisão. Será possível que todos enxergam, menos o Ibama? Basta comparecer aos mercados para autuar os vendedores e, ainda mais importante, identificar e rastrear os caçadores", observou.

Como exceção, Bernardo Cabral destacou o Centro Nacional de Quelônios da Amazônia (Cenaqua). Em dez anos a tartaruga foi retirada da condição de espécie em extinção e, graças à proteção às praias de desova, "foi possível autorizar a criação de tartarugas em cativeiro", abrindo uma frente de atividade econômica altamente rentável para a região, afirmou.

Nabor Júnior (PMDB-AC) e Jefferson Peres (PSDB-AM) apoiaram a oportunidade do alerta feito por Cabral e disseram que o Ibama se tem ocupado com o varejo da pesca e caça predatórias, descurando de reprimi-las no atacado.

Odacir: combate às drogas

Odacir elogia ação contra tráfico na Amazônia

O senador Odacir Soares (PFL-RO) congratulou a Polícia Federal, o Ibama, a Receita Federal, o Exército, a Marinha e a Aeronáutica pela ação conjunta que realizaram para a desarticulação de uma quadrilha internacional de traficantes de cocaína na selva amazônica. Para o senador, a iniciativa comprovou a capacidade brasileira "de autodeterminação em matéria de combate a essa terrível praga contemporânea".

Odacir informou, baseado em matéria publicada por *O Globo*, que a quadrilha usava pistas de pouso clandestinas na selva para transportar 200 toneladas de pasta-base de cocaína, por ano. Dos 26 traficantes já identificados, conforme disse, 15 foram presos e sete, condenados.

O senador destacou que a operação resultou na descoberta de 50 pistas de pouso clandestinas, dentre as quais 15 já dinamitadas, e na apreensão de 19 aviões de pequeno porte, que transportavam a pasta de coca.

Ele disse que a ação faz parte da Operação Porteira Fechada Norte, planejada sigilosamente pela Comissão de Segurança Nacional, e envolve o fechamento de vias fluviais da Amazônia, por onde costuma ser escoada a droga de colombianos, e a utilização de um sistema de controle do abastecimento de aviões que sobrevoam a floresta.

Mudanças no "pacote ecológico" são bem recebidas por Nabor Júnior

O senador Nabor Júnior (PMDB-AC) manifestou sexta-feira, em plenário, seu apoio à reedição da Medida Provisória 1511/97, que traz um parágrafo dispondo que a proibição de corte raso em mais de 20% das áreas na Amazônia não se aplicará às propriedades em processo de regularização, com áreas de até 100 hectares, nas quais se pratique agropecuária familiar.

A MP limitava a 20% de cada propriedade a área passível de desmatamento e aproveitamento econômico, o que, na opinião do senador, sacrificava os pequenos produtores, notadamente aqueles voltados para uma atividade praticamente restrita à produção de alimentos para a própria família e para a venda a consumidores de baixa renda.

Nabor Júnior também apoiou a inclusão de um outro parágrafo, segundo o qual, nas áreas onde estiver concluído o zoneamento ecológico-econômico, a distribuição das atividades agropecuárias será feita conforme as indicações do zoneamento, respeitado o limite mínimo de 50% da cobertura arbórea de cada propriedade, a título de reserva legal.

- Essas inovações voltam-se com firmeza e senso de realismo para as peculiaridades econômicas da Amazônia e de vastas porções das regiões Nordeste e Centro-Oeste, onde a cobertura florestal ainda se faz presente, em larga escala, sobre grandes extensões de terra, principalmente nas glebas de atividade familiar, explicou o senador.

Nabor Júnior elogiou "a elevada sensibilidade social e econômica" com que o presidente da República reeditou a MP 1511, dizendo que agora ela atende às posições por ele, senador, assumidas na tribuna do Senado e em diversos contatos com autoridades do governo. E lembrou que, em maio, denunciava da tribuna as ameaças que a MP significava para trabalhadores rurais assentados nos lugares mais distantes do Norte do país.

Reedição de MP agrada ao senador Nabor Júnior

O senador pediu que o texto da MP conste dos Anais como parte integrante do seu discurso, para que a sociedade brasileira "saiba do bom resultado colhido em mais esta luta na defesa de interesses sagrados, que extrapolam divisas regionais ou estaduais, numa vitória cujos frutos beneficiam o princípio da integração nacional, da preservação das fronteiras e da ocupação, por brasileiros, das mais distantes regiões da pátria".

Alcântara lembra Paulo Freire

Alcântara vê o Brasil longe do sonho de Freire

"Paulo Freire deixou o Brasil com uma realidade ainda longe dos seus sonhos, pois os analfabetos com mais de 14 anos somam 19 milhões; a educação para jovens e adultos está reduzida a programa de segunda classe; grande parte da população ainda não tem visão crítica da realidade nacional e professores desmotivados ensinam sem vontade, havendo muito pouco conteúdo pedagógico no trato da educação."

A análise crítica da educação nacional foi feita pelo senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) ao homenagear o educador Paulo Freire, falecido recentemente.

Alcântara lembrou que Paulo Freire deixou o legado de cerca de 50 livros, além de "uma singular experiência de pedagogo que trabalhou no Brasil e pelo mundo". O senador lembrou que foi no Rio Grande do Norte que Paulo Freire começou a mudar as perspectivas da educação brasileira, por intermédio de seu método de alfabetização de adultos. Em Angicos, um grupo de cerca de 300 agricultores, mecânicos, parteiras e comerciantes aprendeu a ler em 40 horas.

De acordo com Alcântara, o educador atingiu esse resultado ensinando no contexto da realidade dos alunos, do qual tirou algumas palavras, extraindo delas idéias de interesse social e político e provocando uma visão crítica dessa mesma realidade. A seu ver, "o método se constituiu num instrumento para lançar a semente da cidadania e da liberdade em solos áridos".

Fim da massificação do currículo e estímulo ao livre pensar são apontados pelo senador como as mais importantes linhas do novo projeto de reformulação da educação anunciado pelo governo

Arruda apóia as mudanças no ensino de segundo grau

O senador José Roberto Arruda (PSDB-DF) elogiou sexta-feira as propostas de mudanças nos currículos de segundo grau, anunciadas quinta-feira pelo Ministério da Educação. Ele disse estar convencido de que, dentre as reformas por que o país passa, a mais importante, apesar de ser de longa maturação, é a da educação.

Arruda lembrou que cientistas políticos, educadores e políticos sempre consideraram que o Brasil só teria um novo rumo a partir do momento em que invertesse suas prioridades e investisse efetivamente no setor educacional.

- Ocorre que o investimento em educação não é pegar uma quantia considerável de dinheiro e dizer que o orçamento aumentou; trata-se de uma coisa bem mais profunda do que isso - frisou.

José Roberto Arruda destacou que, a partir da Revolução de 64, "houve uma massificação dos currículos, não se sabe com que objetivo, e o país passou a não respeitar as diferenças entre as pessoas". Com a nova proposta do MEC, explicou o senador, o país passa a respeitar as suas diferenças e estimulá-las.

Na sua opinião, "o governo está restabelecendo a polêmica, que também é uma outra variável fundamental da educação, que, todos sabem, mudou com a aprovação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação".

- Essa mudança, que segue o caminho de países culturalmente mais avançados, é a mais importante no conceito de área social. Não há mudança que não passe pela mudança educacional - disse.

Arruda: governo estimula crescimento individual e coletivo

A nova proposta, segundo Arruda, "estimula o pensar, a opção que é fundamental para o jovem. Assim sendo, o governo procura estimular o crescimento individual e o coletivo", assinalou.

Resolução afeta escolas pequenas, alerta Amin

O senador Esperidião Amin (PPB-SC) pediu ao ministro Paulo Renato que reveja resolução recentemente baixada pelo Ministério da Educação eliminando a possibilidade de que escolas de educação fundamental com menos de 21 alunos recebam verbas do respectivo programa de manutenção e desenvolvimento desse ensino.

Ele argumenta que, além de ferir os princípios do Estatuto da Criança e do Adolescente, "a medida é arbitrária, inconstitucional e demonstra que foi adotada por quem desconhece a realidade brasileira, especialmente das áreas rurais".

Amin: decisão foi tomada por quem desconhece a realidade brasileira

Amin afirmou que, a prevalecer a decisão do ministério, cerca de 3 mil escolas, totalizando mais de 44 mil alunos, deixarão de receber as verbas federais de manutenção somente no estado de Santa Catarina.

Esperidião Amin esclareceu que a medida afeta diretamente o repasse de recursos administrados pela União às escolas públicas de todo o país. Ele lembrou que, para o governo alcançar sua meta de melhorar a qualidade do ensino fundamental brasileiro, são necessários prédios escolares bem construídos e bem conservados, material didático distribuído no período certo, merenda escolar farta e balanceada e salários dignos para os profissionais da área.

- Será que para fazerem jus aos recursos que, apesar de parcos, são importantes, as escolas terão de proceder à unificação, sem levar em conta que estarão apenando crianças e adolescentes que contarão com mais esse entrave na luta que empreendem? - questionou o senador.

Legislação brasileira, afirma senador, exige das indústrias níveis tecnológicos acima das leis de outros países do mercado comum sul-americano. Eles se recusam, todavia, a obedecer acordos nesse sentido

Para Lucídio, parceiros do Mercosul atropelam nossas normas sanitárias

O senador Lucídio Portella (PPB-PI) denunciou que os parceiros do Brasil no Mercosul vêm se recusando a seguir as normas brasileiras de vigilância sanitária, atropelando acordos para facilitar a entrada privilegiada de seus produtos no território nacional. Para conseguir isso, os países vizinhos vêm pressionando inclusive o governo, conforme o senador.

A situação é provocada, na opinião de Lucídio Portella, porque a legislação sanitária brasileira exige níveis tecnológicos das indústrias acima das leis dos outros países do Mercosul. Os nossos parceiros comerciais, no entanto, alegam que há "rigor burocrático" do lado brasileiro.

Lucídio Portella lamenta falta de reciprocidade, em prejuízo dos produtos brasileiros

- Ocorre que o Brasil adota as "Boas Práticas de Fabricação e Controle de 1992", da Organização Mundial de Saúde, enquanto os vizinhos aceitam apenas as normas de 1975 - explica o senador. Para ele, se as normas de 1992 são aplicadas a todas as indústrias brasileiras, não tem sentido abrir mão das suas exigências para os fabricantes vizinhos colocarem seus produtos no mercado nacional.

Lucídio Portella lamentou que não haja reciprocidade quando uma indústria brasileira pretende comercializar nos países vizinhos, principalmente na Argentina. Nesses casos, representantes dos governos locais vêm ao Brasil inspecionar a nossa indústria, exigindo normas sanitárias ainda não previstas oficialmente nos acordos do Mercosul.

Hidrovia é fundamental para o Centro-Oeste, destaca Mauro Miranda

O senador Mauro Miranda (PMDB-GO) destacou a importância da construção da hidrovia Tietê-Paraná, a seu ver um dos empreendimentos fundamentais para os interesses do Centro-Oeste, "no conjunto de obras prioritárias para os próximos anos". Ele ressaltou que o porto de São Simão, terminal que ligará Goiás ao restante do continente e aos países do Mercosul, já está consolidado como a principal referência de transporte econômico, de longo curso, no estado, para a produção agrícola.

Para Mauro, o ministro dos Transportes, Eliseu Padilha, foi "ousado e corajoso" ao antecipar esse compromisso do governo, no encontro recente com representantes da Argentina, Paraguai, Uruguai e Bolívia, na cidade de Araçatuba.

"Ter medo de pensar grande é um complexo incompatível com a grandeza de um país que lidera economicamente todo um continente e que conquistou a posição privilegiada de 8ª economia do mundo", disse.

O senador destacou que Padilha teria garantido que não faltarão recursos para a realização do projeto e que o Ministério dos Transportes vem estudando alternativas tecnológicas para a transposição dos 120 metros de altura da hidrelétrica de Itaipu para chegar à navegabilidade de sete mil quilômetros.

Mauro Miranda considera que ministro dos Transportes foi "ousado e corajoso"

- Infelizmente, os compromissos assumidos pelo ministro não alcançaram os níveis de repercussão correspondentes à sua importância para o desenvolvimento do país e para as perspectivas reais de integração entre os países do Mercosul. Minha esperança é que, com os esclarecimentos que o ministro apressou-se em tornar públicos, seja restabelecido o clima de paz que permita a ele trabalhar com tranqüilidade e garantir os resultados que todos esperamos - disse o senador.

Campos: discriminação

Campos quer integração de deficientes

A mobilização dos meios de comunicação em campanhas ininterruptas para a conscientização social a respeito da discriminação sofrida pelos deficientes físicos foi defendida pelo senador Júlio Campos (PFL-MT), com o argumento de que é necessária a criação de programas que, reunindo esforços, promovam a efetiva integração do deficiente na sociedade.

- O que está ocorrendo entre nós é que, após uma fase de grande criatividade na inovação legislativa e no florescimento de organizações não-governamentais, falta multiplicar os programas práticos e efetivos de promoção e integração do deficiente - disse ele.

Para Júlio Campos, falta também uma articulação que conduza a resultados concretos, entre o poder público, entidades governamentais e o poder civil.

Maior garantia aos acusados

Projeto apresentado pelo senador Júlio Campos (PFL-MT) determina a obrigatoriedade da presença de um representante do Ministério Público e de um defensor do acusado de prática criminal durante o seu interrogatório, tanto em inquéritos policiais quanto perante autoridades judiciárias.

O senador argumenta que sua proposição cria mais um mecanismo de garantia do direito de ampla defesa já previsto na Constituição. "Assim, garantem-se não apenas os direitos do acusado, velados por seu defensor, como também os direitos do Estado, velados pelo Ministério Público."

A SESSÃO DE SEXTA-FEIRA DO SENADO FEDERAL FOI PRESIDIDA PELOS SENADORES RONALDO CUNHA LIMA E JEFFERSON PERES